

AES Arinos Solar VI S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente compreendendo o período de 04 de fevereiro de 2022 (data aquisição) a 31 de dezembro de 2022

Ref.: Relatório nº 246Q3-022-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis auditadas	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. José de Souza Campos, 507 - 5º andar
Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
AES Arinos Solar VI S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AES Arinos Solar VI S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial findo em **31** de dezembro de **2022** e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período compreendido de **04** de fevereiro de **2022** (data aquisição) a **31** de dezembro de **2022**, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **AES Arinos Solar VI S.A.** em **31** de dezembro de **2022**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido de **04** de fevereiro de **2022** (data aquisição) a **31** de dezembro de **2022**, de acordo com as práticas contábeis adotadas no **Brasil** e com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com estas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas, nos controles internos que, eventualmente, tenham identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de junho de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-028.281/O-4 F SP



Élica Daniela da Silva Martins

Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

AES Arinos Solar VI S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período compreendido de 04 de fevereiro de 2022 (data da constituição) a
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 04 de fevereiro de 2022	7	-	-
Integralização de capital inicial		1	1
Aumento de capital		8	8
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	9	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES Arinos Solar VI S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Período compreendido de 04 de fevereiro de 2022 (data da constituição) a
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		31.12.2022
Atividades operacionais		
Variação de ativos e passivos operacionais		31
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		31
Atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5	(39)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(39)
Atividades de financiamentos		
Integralização de capital		1
Aumento (redução) de capital	7	8
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		9
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		1
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Informações gerais

A AES Arinos Solar VI S.A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 04 de fevereiro de 2022, com sede na cidade de Arinos, estado de Minas Gerais, na fazenda Riacho Claro ou Braga, s/nº, Área Rural, e tem por objeto social o desenvolvimento de projetos solares, a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e a participação em outras sociedades, como sócio ou acionista. A Companhia é diretamente controlada pela AES Arinos Solar Holdings S.A. a qual foi adquirida em 1º de abril de 2022, e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) e The AES Corporation (“AES Corp”).

Para entrar em fase de construção e posteriormente operacional, a Companhia depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de Leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e se sagrar vencedora ou executar a venda de contratos de longo prazo no mercado livre de energia. Até o momento a companhia não possui autorização junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), sendo assim, não havendo comercialização no exercício de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 28 de junho de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Em função da inexistência de atividade operacional e/ou transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado, e do resultado abrangente da Companhia.

2.2. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, ainda em fase pré-operacional, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$30, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis, foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial.	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornecer guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Passivo não circulante com 'covenants'.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	Requisitos de mensuração para passivos de arrendamento decorrentes de transações de venda e 'leaseback'.	1º de janeiro de 2024

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e contas bancárias. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, ajustados pelas amortizações do principal, e pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	
Numerário disponível	1
Total	1

5. Imobilizado

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo órgão regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela Aneel, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

(a) **A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	31.12.2022	
	Custo	Saldo líquido
Imobilizado em curso (i)	39	39
Bens vinculados às concessão e autorizações	39	39
Total Imobilizado	39	39

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Saldos em 04 de fevereiro de 2022	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Imobilizado em curso	-	39	39
Bens vinculados às concessão e autorizações	-	39	39
Total Imobilizado	-	39	39

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6. Partes relacionadas

	31.12.2022
Passivo	
AES Brasil Operações - Alocação de custos (i)	31
Total circulante	31
Total do passivo	31

(i) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrentes de alocação de custos com a controladora indireta AES Brasil Operações.

7. Patrimônio líquido

7.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$9, composto por 8.540 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$8, mediante a emissão de 8.140 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

8. Instrumentos financeiros

8.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

	Notas	31.12.2022		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	4	1	1	Custo amortizado
Total		1	1	
PASSIVO (Circulante e não circulante)				
Contas a pagar partes relacionadas	6	31	31	Custo amortizado
Total		31	31	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado.

9. Eventos subsequentes

Em 31 de março de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$39, mediante a emissão de 39.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976. Dessa forma, o capital da Companhia passou a ser de R\$48, dividido em 47.540 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 6, mediante a emissão de 6.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976. Dessa forma, o capital da Companhia passou a ser de R\$54, dividido em 53.540 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$545, mediante a emissão de 545.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976. Dessa forma, o capital da Companhia passou a ser de R\$599, dividido em 598.540 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.